

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.636 - RS (2019/0126487-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SAMARA SCHNEIDER**  
**ADVOGADOS : BRUNO TONELLI - RS027305**  
**PEDRO ROBERTO MULLER - RS027273**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE COLINAS**  
**ADVOGADOS : ANDRE ROBERTO MALLMANN - RS022940**  
**LUCAS JOSÉ MARIANI - RS055788**  
**MÁRIO APPEL BASSEGIO - RS086789**  
**BASSEGIO E MALLMANN - ADVOCACIA E CONSULTORIA**  
**JURIDICA S/C LTDA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por SAMARA SCHNEIDER, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE COLINAS. MONITORA ESCOLAR. DESVIO DE FUNÇÃO. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS RELATIVAS AO CARGO DE PROFESSORA DE SÉRIES INICIAIS E PEDAGOGA. PROVA INSUFICIENTE.

1. Para a configuração do desvio de função, exige-se demonstração robusta, que possa evidenciar, com segurança, a convocação para prática habitual de atividades pertinentes a cargo diverso daquele para o qual o servidor tenha sido nomeado. E, no caso em apreço, não existe prova cabal dos fatos articulados pela autora, afigurando-se inviável acolher o pleito de diferenças salariais formulado.

2. Ação julgada improcedente na origem.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Alega interpretação divergente dos arts. 885 e 927 do CC, no que concerne ao reconhecimento do desvio de função em razão do auxiliar de creche ter exercido atividade de professor infantil, trazendo o(s) seguinte(s) paradigma(s): APELAÇÃO CÍVEL/REMESSA NECESSÁRIA Nº 0406943-09.2013.8.19.0001 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (fls. 190).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s) tendo em vista que no caso dos autos inexistente comprovação do desvio de função (fls. 155).

Nesse sentido, o STJ fixou que: “O conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente